



PROCESSO Nº 178/2023-SNPH

PROCESSO Nº 01.01.025203.000229/2023-46 - SIGED

INTERESSADO: **PRODAM – PROCESSAMENTO DE DADOS AMAZONAS S.A**

ASSUNTO: **TERCEIRA PRORROGAÇÃO DO CONTRATO N.º 005/2020**

**HOSPEDAGEM DE SISTEMA – PORTAL DA TRANSPARÊNCIA**

## PARECER Nº 038/2023 – PROJU/SNPH

Chegam para análise e parecer, autos do processo administrativo de nº 178/2023 - SNPH, PROCESSO Nº 01.01.025203.000229/2023-46 – SIGED, que versa sobre prorrogação do Contrato n.º 005/2020, firmado entre esta Autarquia e **PRODAM – PROCESSAMENTO DE DADOS AMAZONAS S.A**, cujo objeto é a prestação de serviços de Hospedagem de Sistema – Portal da Transparência.

Os documentos que compõem os autos são: MEMORANDO Nº 002/2023-ASADM/SNPH; DIRAF 188; Contrato n.º 005/2020; Projeto Básico; Primeiro e Segundo Termo Aditivo ao Contrato n.º 005/2020; Estatuto Social da PRODAM; Documentos do representante legal da empresa; Certidões; Nota de Dotação; Despacho.

### **É o relatório. Passo a opinar.**

Inicialmente, cabe observar que o presente processo trata-se de aditivo de prazo conforme justificativa encontrada no projeto básico, tendo em vista que a prestação de serviço (Hospedagem de Sistema – Portal da Transparência), constitui-se como de natureza contínua, sendo, portanto, essencial para a administração pública estadual, *in casu*, a Superintendência Estadual de Navegação, Portos e Hidrovias – SNPH.

Sobre o tema, o mestre Jessé Torres<sup>1</sup> apresenta:

*“A Lei nº 8.666/93 admite não mais do que três exceções em face das quais os contratos podem ser prorrogados, critério mantido pela Lei nº 8.883/94:*

*(...)*

*(b) prestação de serviços de execução contínua, devendo-se por esta entender-se aquela cuja falta paralisa ou retarda o serviço de sorte a*

<sup>1</sup> In Comentários À Lei das Licitações e Contratações da Administração Pública.



# AMAZONAS

GOVERNO DO ESTADO

***comprometer a correspondente função estatal ou paraestatal.”.***

E o referido mestre conclui:

***“Em qualquer caso, a prorrogação é matéria da discricção administrativa, insuscetível de ser imposta ou reclamada pelo contratado; cabe exclusivamente à Administração, diante das circunstâncias de cada caso e do interesse do serviço, decidir-se pela prorrogação do contrato, se cabível. Em contrapartida, o contratado não está obrigado a aceitar a prorrogação com que lhe acene a Administração, podendo recusá-la.”.***

Portanto, existe interesse desta Autarquia no Terceiro Aditamento do Contrato n.º 005/2020 – SNPH, bem como aceite da prorrogação por parte da **PRODAM – PROCESSAMENTO DE DADOS AMAZONAS S.A.**

### ***Da Prorrogação e Reajuste***

A PRODAM propôs a prorrogação do contrato sem alteração das cláusulas contratuais primitivas, portanto, trata-se o presente aditivo para prorrogação de prazo sem reajuste de valor.

O Contrato n.º 005/2020 – SNPH, foi firmado em 03/08/2020, com prazo inicial de 12 (doze) meses, encerrando em 03/08/2021, com base na Cláusula Oitava.

O Primeiro Termo Aditivo ao Contrato n.º 005/2020 – SNPH, foi firmado em 03/08/2021, com prazo inicial de 12 (doze) meses, encerrando em 03/08/2022, com base na Cláusula Oitava.

O Segundo Termo Aditivo ao Contrato n.º 005/2020 – SNPH, foi firmado em 03/08/2022, com prazo inicial de 12 (doze) meses, encerrando em 03/08/2023, com base na Cláusula Oitava





Em função da iminência do término do prazo, tratou esta autarquia de realizar procedimentos para o firmamento do Terceiro Termo Aditivo, a fim de prorrogá-lo pelo mesmo período, em virtude da possibilidade jurídica motivada pelo serviço, cuja necessidade é permanente e contínua para esta Administração Pública.

Destaque-se que a interrupção do serviço visado, Hospedagem de Sistema – Portal da Transparência, traria risco de danos à regular prestação do serviço público, haja vista que é essencial para a transparência da administração.

Cinge-se destacar que, a solicitação para celebração do Segundo Termo Aditivo para prorrogação de prazo está sendo firmada de forma tempestiva, vez que o contrato encontra-se atualmente em vigor.

Diante disso e da possibilidade da autoridade superior desta autarquia decidir discricionariamente sobre questões administrativas que não contrariem as normas jurídicas, bem como da maior vantajosidade de prorrogação do Contrato n.º 005/2020, faz-se necessário a realização dos procedimentos para o firmamento do Terceiro Termo Aditivo a fim de prorrogá-lo pelo mesmo período de 12 (doze) meses.

Dada a natureza jurídica da contratante, qual seja órgão integrante da administração pública indireta, seus contratos são regidos pelo art. 37, *Carta Mater* e pela Lei nº 8.666/93. Esta última, em seu § 2º do artigo 57 determina que a prorrogação deva ser previamente justificada pela Administração, a qual deve envolver o pronunciamento explícito do administrador quanto à necessidade, qualidade e vantajosidade dos serviços prestados até então pelo atual contrato, a fim de deixar claro o porquê do interesse em se prosseguir com o contrato.

Ademais, o dispositivo legal constante na Lei nº 8.666/93, pertinente ao caso, aduz que:

*“ Art. 57. A duração dos contratos regidos por esta Lei ficará **adstrita à vigência dos respectivos créditos orçamentários**, exceto quanto aos relativos:  
(...)”*





# AMAZONAS

GOVERNO DO ESTADO

§ 1º Os prazos de início de etapas de execução, de conclusão e de entrega admitem prorrogação, mantidas as demais cláusulas do contrato e assegurada a manutenção de seu equilíbrio econômico-financeiro, desde que ocorra algum dos seguintes motivos, devidamente autuados em processo:

§ 2º Toda prorrogação de prazo deverá ser **justificada por escrito e previamente autorizada pela autoridade competente para celebrar o contrato**. (grifo nosso)”

Por outro lado, a ocorrência de eventos específicos que ensejam a prorrogação dos prazos contratuais além de estarem devidamente previstos na legislação federal devem ser justificados no processo, conforme art. 57, §2º.

Quanto a isso, tenho a esclarecer que a continuidade ou não do serviço contratado, conforme entendimento do eminente Professor Celso Antonio Bandeira de Mello (*In Curso de Direito Administrativo*) está na dispensabilidade ou não do serviço, ou seja, se a paralisação do serviço ou obra, objeto do contrato, traria à Administração consequências incompatíveis com seu dever de evitar riscos ao desenvolvimento regular das atividades administrativas.

Destarte, a manutenção dos serviços em foco certamente envolve as duas características exigidas do que se costuma definir como serviço contínuo: a *necessidade* perene do serviço considerado, devendo-se manter contrato constante para sua prestação; e o *risco de prejuízo* ao bom andamento da atividade administrativas, em caso de ausência de paralisação do serviço contínuo em questão.

Sobre o assunto, trago à baila entendimento do ilustre doutrinador Marçal Justen Filho (Comentário à Lei de Licitações e Contratos Administrativos, 9ª edição, Dialética):

“Estão abrangidos não apenas os serviços essenciais, mas também compreendidas **necessidades públicas permanentes relacionadas com atividades que não são indispensáveis**. O que é fundamental é a necessidade pública permanente e contínua as ser satisfeita através de um serviço”.

Constata-se que o Contrato nº 005/2020 admite a prorrogação do prazo, na forma da legislação em vigor aplicável à hipótese.





## CONCLUSÃO

Dessa forma, o presente contrato poderá ser prorrogado por igual e sucessivo período de 12 (doze) meses, observando-se o prazo máximo de 60 (sessenta meses), previsto no artigo 57, inciso II, da Lei 8.666/93.

Diante do exposto, pelas razões jurídicas acima delineadas, OPINO pela possibilidade de realização do **TERCEIRO TERMO ADITIVO** firmado com a empresa **PRODAM – PROCESSAMENTO DE DADOS AMAZONAS S.A**, prorrogando-se o Contrato n.º 005/2020, pelo período de mais 12 (doze) meses, a contar de sua assinatura, sem reajuste, perfazendo o valor global de R\$ 6.254,76 (seis mil, duzentos e cinquenta e quatro reais e setenta e seis centavos).

É o parecer.

Manaus/AM, 19 de julho de 2023

Augusto Flávio Andrade  
Procurador – PROJU/SNPH

